
FILMOGRAFIA SOBRE OS SUJEITOS E SUAS DITAS DEFICIÊNCIAS: Pensando o pensamento

Inês Assunção de Castro Teixeira^(*)
Maria Jaqueline de Grammont^(**)

*A hospitalidade é da ordem do puro 'dom' ultrapassando as noções ligadas a formas jurídicas e políticas, normas que salvaguardam a idéia da 'dívida'.
A hospitalidade é um 'salto' absoluto para além do saber e do poder, da norma e da regra, sendo ela a condição de possibilidade do mundo ético e político (...)
hospitalidade refere-se àquele que entra em nossa vida sem dizer que vinha.*

Olgária Matos

É preciso pensar os nossos próprios pensamentos.

De onde vem? Para onde vão? Para onde nos conduzem? O que impõem? O que supõem? A que servem? A quem servem? O que escondem e o que revelam?

Saindo da invisibilidade social a que foram e continuam muitas vezes submetidas, existe hoje um grande número de filmes que colocam nas telas pessoas estigmatizadas por alguma dita deficiência ou síndrome, colocando em pauta a problemática da diferença acompanhada de ideias, de suposições, de classificações, de estigmas, quiçá de preconceitos e discriminações, de intolerância e outras graves questões escondidas na forma como a temática é apresentada, julgada, avaliada.

No caso dos considerados com deficiência, indivíduos e grupos são expostos sob a forma da menos valia física ou mental, conforme as classificações existentes. Esta temática impõe, logo na chegada, a necessidade de uma perspectiva analítica que compreenda essas supostas deficiências como uma construção social do estigma e que discuta as formas de pensar nelas envolvidas, associadas a três ordens de questões, dentre outras a serem consideradas, aqui trazidas. A primeira refere-se à ideia de que há *regimes de verdade* e sistemas de classificação socialmente construídos que fixam tais estigmas e esquemas de percepção. Uma segunda, diz respeito ao fato de que tais diferenças não raro reverberam em desigualdades. E, de outra parte, os vários posicionamentos

^(*)Pós-doutorado pela Universidad de Barcelona, UB, Espanha, 2005, Pós-doutorado pela Universidad Nacional Autónoma de México, UNAM, México, 2011, Pós-doutorado pela Universidade de São Paulo, USP, Brasil, 2013, Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). *E-mail*: inestei@uol.com.br.

^(**)Pós-doutorado pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil, 2014, Docente da Universidade Federal de São Joao Del Rey (UFSJ). *E-mail*: jaquelinegrammont@gmail.com.

sociais dos sujeitos fazem com que outras clivagens sociais – de classe social, de gênero e étnico-raciais, por exemplo – se somem à condição de diferentes. Não se trata, pois, apenas de diferença, mas de hierarquias, de assimetrias, de não equidade, de desigualdades sociais, em suma. Uma terceira ordem de questões em torno da diferença, e no caso deste artigo, da temática das ditas deficiências, remete-nos à questão da intolerância e seu aparente reverso: a tolerância, que de fato é uma intolerância velada, como discutiremos adiante.

Relacionada ao estigma das pessoas ditas com deficiência, a própria inconstância dos termos apropriados para designá-las, demonstra as concepções que ainda colidem no imaginário social. De inválidos, incapazes, defeituosos, excepcionais, deficientes, até ser incorporado o substantivo pessoa, de forma a tornar adjetivo, o termo deficiente. Mais recentemente, utilizaram-se, primeiro, os termos portadores de necessidades especiais ou portadores de deficiência; depois, pessoas com necessidades especiais e pessoas especiais. Nessa busca por um termo livre de estigmas e preconceitos, ainda não se encontrou um termo apropriado, segundo. Segundo Sasaki (2013), assim como Rodrigues (2005), a expressão “pessoa com deficiência” tem sido mais utilizada para caracterizar pessoas com alguma deficiência sensorial, física ou mental. Preferimos, entretanto, utilizar neste artigo o termo pessoas consideradas com deficiência ou ditas com deficiência, ao questionar os próprios parâmetros sociais que balizam a construção dos conceitos de normalidade e anormalidade que caracterizam essas supostas deficiências.

Este artigo pretende contribuir para uma reflexão acerca destas questões presentes em toda a cena social. Questões postas para o campo da educação e cinema, visto que ambos lidam, a cada momento, com o mundo, com a vida, com indivíduos, grupos e povos, com as culturas. Questões com uma importância cada vez maior na edificação de sociedades que assegurem bases estruturais e dinâmicas sociais fundadas na igualdade e na diferença, na justiça e no bem viver, tarefa histórica com a qual a educação e o cinema devem colaborar. Para tanto, sem qualquer propósito de esgotar a temática, estas reflexões utilizam-se de estudo realizado sobre a produção cinematográfica cujo argumento incide na temática das ditas necessidades especiais.¹

¹ Trata-se do estudo realizado a partir do Plano de Trabalho e Pesquisa de Pós-doutorado intitulado “Uma cartografia fílmica das pessoas com deficiência: os sentidos das estrelas em um ‘mapa noturno’ (a partir de Mikail Bakhtin e Jésus Martin-Barbero)”, realizado entre 2013 e 2014 na UFMG, sob a supervisão da prof^a Inês Assunção Teixeira, no Programa de Pós-Graduação em Educação da FAE/UFMG, estudo contemplado com bolsa de pós-doutorado Junior do CNPq.

DA CINEMATOGRAFIA: A PRODUÇÃO

Por certo que o cinema não ficaria imune a essa problemática e discussões. Ela aparece de várias maneiras, em várias épocas, na cinematografia de um ou outro país, de um diretor/a ou outro. Ao traçar um pequeno mapa da produção cinematográfica sobre e com pessoas consideradas com deficiência, acessíveis e populares ao público comum brasileiro, foi possível chegar a uma lista de filmes (num universo muito mais amplo)² de diferentes metragens, curtas, médias e longas, de diferentes gêneros, entre documentários e ficção, de diferentes épocas e nacionalidades. No percurso empreendido³, um entre muitos, analisou-se 130 filmes⁴ de longa metragem de ficção, iniciando-se em, 1931, nos Estados Unidos da América, com o filme “Luzes da Cidade”, dirigido por Charlie Chaplin e finalizando com dois filmes mais recentes, de 2014, “Hoje eu quero voltar sozinho” (RIBEIRO, Brasil, 2014) e “A família Bélier” (LARTIGAU, França, 2014). Algumas descobertas se destacam.

Em relação ao local de produção dos filmes, há diversas nacionalidades, havendo produções exclusivamente locais ou em coprodução. Do total de filmes, 67% foram produzidos nos EUA, sendo que 12% deles foram feitos em coprodução com outros países, enquanto 26% foram de outros países, excetuando-se o Brasil, onde encontra-se 4% da produção do período.

Embora esses dados confirmem a hegemonia do cinema norteamericano também nessa temática, os números evidenciam um aumento expressivo dos filmes de outras nacionalidades. Ao que parece, pelo menos em relação aos filmes com pessoas consideradas com deficiência, a produção norte-americana vem perdendo a supremacia cinematográfica em relação ao conjunto dos outros países. Isto é, ainda que separadamente a produção estadunidense seja majoritária, a diferença desta para o conjunto dos outros países se altera, diminuindo. Na década de 1990 eram 32 filmes dos EUA, com coproduções e apenas doze de outros países enquanto nos últimos quatorze

² A constituição dessa relação de filmes se deu em uma ampla pesquisa em sites e blogs de fácil acesso popular que listam ou indicam filmes com pessoas com deficiência no espaço da Internet. Num primeiro momento, todos os filmes encontrados a partir dessa investigação foram incorporados a esse levantamento, num segundo momento, entretanto, retirou-se da análise filmes que apresentavam deficiências indefinidas ou questões próximas de inclusão, preconceito etc. e alguns filmes que não estavam acessíveis. Além disso, a todo o momento novos filmes foram aparecendo, mas não foram sendo incorporados. Há que se considerar, então, que há muito mais filmes em que aparecem pessoas com deficiência do que os considerados nessa análise.

³ É importante ressaltar que a análise apresenta algumas tendências em relação aos filmes que permitem algumas generalizações. Entretanto, é preciso salientar que são apenas tendências, pois os filmes analisados não correspondem a toda produção cinematográfica nem dos períodos analisados, nem dos países de produção.

⁴ Todos eles são filmes de ficção longa metragem.

anos, de 2000 para 2014, essa produção praticamente se equipara, entre 24 filmes dos EUA, com as coproduções, para 23 de outros países, incluindo os filmes brasileiros.

Em relação ao continente americano, em especial a América do Norte, além da predominância dos filmes estadunidenses, também há filmes do Canadá e até dois coproduzidos no México. Entretanto, constata-se a ausência quase total de filmes da América Central e da América do Sul entre os de outras nacionalidades. Além dos cinco brasileiros, há apenas dois filmes coproduzidos com a Argentina. Essa ausência colonialista se faz mais grotesca quando percebemos a ausência total de filmes da África, continente tão presente em nossa história e etnia é ainda tão distante das nossas relações culturais.⁵

Entre os filmes de outros continentes para além dos citados, a predominância é europeia, com filmes produzidos ou coproduzidos na França, Alemanha, Itália, Suécia, Espanha, Portugal Alemanha, Bélgica, entre outros. Há também filmes asiáticos de países como Irã e Índia, além da coprodução ser Japonesa, no filme brasileiro “Ensaio sobre a Cegueira” (MEIRELLES, Brasil, 2008). Também encontramos filmes da Oceania, de países como Austrália e Nova Zelândia.

Especificando estes dados relativos à época de produção da cinematografia em pauta, observa-se um aumento significativo dos filmes que retratam as pessoas com deficiência ao longo da história. Dos 130 filmes, 35 foram produzidos no período de 1930 a 1989, em sessenta anos, sendo que só na década de 1990 a 1999 encontrou-se 44; na década de 2000 a 2009, 39; e nos últimos cinco anos, de 2010 a 2015, doze. Em síntese, nos sessenta anos anteriores a década de 1990, encontrou-se 35 e, no período posterior, em 25 anos, foram produzidos 95.

Esse aumento significativo reflete uma ascendência esperada em função da própria história e desenvolvimento do cinema, quanto parece refletir a percepção dessa ampliação como ampliação também de um mercado consumidor de filmes vantajoso para a indústria cultural.

Além disso, evidencia-se a crescente visibilidade e participação das pessoas consideradas com deficiência na vida social a partir da pressão dos movimentos sociais, da definição de leis e

⁵ É importante salientar que há vários grupos que buscam mediar essa relação cultural entre o Brasil e a África. Em relação ao cinema, por exemplo, há sites nacionais que tem como objetivo difundir o cinema africano no Brasil, como, por exemplo, o Centro Afro Carioca de Cinema (<http://afrocariocadecinema.org.br/>) e o blog Cine África de Marcelo Ribeiro (<http://cine-africa.blogspot.com.br/>).

ações políticas inclusivas e de uma forma mais gradual de uma mudança cultural em relação às possibilidades e potencial dessas pessoas e do convívio com a diferença, de um modo geral.

Em um breve recorrido histórico, observa-se que a inclusão da pessoa dita deficiência faz parte de processos radicais de segregação social imersos nas relações de poder que definem, enquanto construções historicamente situadas, os aptos e os inaptos, os capazes e os incapazes, os normais e os anormais.

Tais indivíduos foram considerados como não humanos, tal qual na Antiguidade Ocidental, tanto quanto foram exterminados e rejeitados. Na Idade Média, quando passaram a ser consideradas *criaturas de Deus* eram, contudo, abandonadas ou dependiam da caridade alheia. Também foram consideradas endemoniadas, como no período da Inquisição.

Nestes percursos, por mais de 500 anos permaneceu vigente, e ainda pode ser encontrado em alguns países, o paradigma da institucionalização, no qual as pessoas com deficiência eram mantidas em locais de confinamento longe da sociedade, seja em tratamento, proteção ou para a educação das mesmas. (ARANHA, 2001). Este enclausuramento imposto passa a ser questionado a partir da década de 1960, surgindo o movimento pela desinstitucionalização, a exemplo da luta antimanicomial.

Nos territórios da educação, em seus aspectos formais, ou mesmo oficiais e prescritivos, a questão começou a indicar os contornos de uma proposta inclusiva, da Educação Inclusiva, a partir da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em 1990, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cidadania (Unesco), na Tailândia. Deste evento resultou a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, demonstrando que muitas pessoas são excluídas do acesso à educação por questões de gênero, deficiência, língua, concepções políticas, raça etc. A mesma Conferência gerou, em 1993, a Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI com o intuito de refletir e gerar sugestões para a educação, que resultassem posteriormente em políticas públicas para países em desenvolvimento. Nessa mesma época, existia um movimento mundial em prol das pessoas consideradas com deficiência, que defendia a inclusão social das mesmas e a melhoria no ensino, pois, nesse período, as que estudavam ficavam em escolas/classes/turmas especiais.

Na sequência, em 1994, foi realizada a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade, com representantes de 92 governos, em Salamanca, na Espanha, quando foi elaborada a “Declaração de Salamanca”. Nesta, constam orientações para auxiliar na

efetivação do ensino para as pessoas com deficiência, destacando a importância do acesso destes à rede regular de ensino e o reconhecimento de que cada criança tem suas características, particularidades e necessidades educacionais diferentes, para as quais a escola tem que estar preparada para atender. Essa Conferência resultou em documentos que orientariam os governos a efetivarem políticas de inclusão, demonstrando a importância da educação para todas as pessoas e a inclusão de pessoas com deficiências na rede regular de ensino.

Assim, a partir de 1990, esses sujeitos ganharam destaque nos debates e polêmicas sociais a partir do questionamento das políticas e práticas segregadoras e da possibilidade de sua inclusão em espaços de convívio social e aprendizagem comuns a todos os sujeitos. Essa visibilidade, então, encontra-se refletida na ampliação dessa temática no universo cinematográfico.

Em relação aos tipos ou classificações das ditas deficiências e síndromes, os dados a seguir demonstram as incidências da cegueira (29), surdez (21), autismo/síndrome de Asperger (19), deficiência intelectual (13), deficiência física (10), síndrome de Down (10), paralisia cerebral (8) e tetraplegia (7), Paralisia cerebral (5), esquizofrenia (2), Dislexia (1), surdo cegueira (1), mudez (1) e síndromes raras (6).⁶

Ao relacionarmos essa classificação das ditas deficiências e síndromes à época de produção de filmes há questões a serem pontuadas. Entre elas o fato de que ao aumento dos filmes produzidos ao longo dos tempos, segue-se uma ampliação das deficiências e síndromes retratadas, como os dados evidenciam. Assim, entre outras coisas, é possível observar que a paralisia cerebral e síndromes raras só aparecem a partir da década de 1980; a Síndrome de Down somente a partir da década de 90, com os filmes “O oitavo dia” (DORMAEL, França, 1996) e “Quem falará por Jonathan?” (KACZENDER, EUA, 1992). Já a esquizofrenia e dislexia aparecem somente a partir de 2000.

Esse dado demonstra, então, que além da invisibilidade das ditas deficiências em geral, algumas delas só passaram a ser retratadas nas últimas décadas. Não é por acaso que, também, apenas recentemente pessoas com paralisia cerebral e síndrome de Down passaram a ser consideradas como sujeitos com direito de aprendizagem e convívio social. O caso da esquizofrenia

⁶ Doença de Pompe (“Decisões extremas”), Síndrome do encarceramento (“O Scafandro e a Borboleta”), Adrenoleucodistrofia (“Oléo de Lourenzo”), Síndrome de Tourette (O primeiro da classe), Síndrome de Korsakov’s (Sé quien éres), neurofibromatose múltipla (“Homem elefante”).

ainda é mais grave, pela falta de conhecimento aprofundado e seguro a respeito, inclusive na área da medicina.

PENSANDO O PENSAMENTO: I

Esta filmografia, assim como outras que trazem à tela a temática da diferença, evoca sérias questões a serem consideradas na escola, na educação, no cinema, onde seja. Problemas que passam despercebidos, sendo muitas vezes temas naturalizados e reificados entre nós. Ideias vistas como algo dado, como verdades e não uma construção de processos histórico-culturais, como relações de força, de violência e disputas simbólicas. Questões que, apesar de sua gravidade e relevância, costumam ser silenciadas, esquecidas. Intocáveis. Contudo, é preciso pensar os nossos próprios pensamentos, interrogar nossas ideias. Desvelando-as, retirando o véu que as envolvem, que as encobrem.

A primeira dessas questões diz respeito à própria classificação das diferenças, no caso deste estudo, as ditas deficiências físicas e mentais. Quem as classifica como tal? Sob quais escalas de medida médica e social elas são criadas? A partir de que tipo de conhecimentos, de epistemes e regimes de verdade são feitas estas classificações? Quem, onde, como são elaboradas? A partir de quais critérios? Sob quais esquemas avaliativos e valores são estabelecidas e julgadas tais diferenças, qual seja, as situações e comportamentos que fogem à regularidade, à dita normalidade. E mais: por que são usualmente classificadas como menos valia, como inferiores as ditas deficiências físicas e mentais sendo que, ao mesmo tempo, certos comportamentos e situações que evidenciam deficiências, carências, faltas, são consideradas normais? Por exemplo, porque a negação da ética, da lisura, da dignidade, da honestidade, tanto quanto os fundamentalismos, a discriminação, o preconceito, são aceitos, são considerados normais, uma vez que poderiam ser consideradas como deficiências humanas, deficiências subjetivas? Por que razões o individualismo, a ganância, a exploração, a opressão, a injustiça, a competição não são consideradas deficiências humanas, sendo geralmente aceitas pelas sociedades? Por que esses tipos de indivíduo e grupos a quem faltam os valores e virtudes humanas não são considerados deficientes, se tais comportamentos prejudicam nossa vida em comum? Por que classificar a cegueira física como deficiência e admitir, por exemplo, a cegueira para o outro como sujeito de direito, como seu igual, como parte da família humana?

A este respeito, tomando apenas alguns pensadores contemporâneos, são indispensáveis as discussões de Foucault (1997 e 1999) sobre a loucura e sobre os *regimes de verdade*, por exemplo. O autor é claro no sentido de mostrar que discursos e verdade são construções sociais inscritas em relações de poder e de dominação, tornando-se formas não somente de se classificar e ordenar o mundo, mas de produzi-lo, de fabricá-lo.

Também não podem faltar entre pensadores os contemporâneos, para uma pertinente compreensão não somente das ditas deficiências, mas dos rótulos a que são submetidas as pessoas consideradas como menores, descapacitadas, inferiores, a discussão do estigma formulada por Goffman (1975) Partindo da ideia de que as sociedades estabelecem meios de categorizar as pessoas e os atributos considerados comuns e naturais, o autor entende que esses padrões se transformam em pré-noções que induzem a expectativas normativas, até que surge o problema daqueles face a quem o esperado não se cumpre. Nestes casos, deixamos de considerá-los pessoas, reduzindo-as à condição de estragados ou diminuídos. Mediante tais supostos, Goffman (1975, p. 17) constrói seu argumento e argumentação no sentido de que o estigma deve ser entendido não como algo exclusivamente da ordem dos atributos, mas das relações. Nas palavras do autor. “Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso”.

Em outra direção, porém igualmente necessária, a discussão de Bourdieu (2007, p. 9-14) sobre a crítica social do julgamento, sobre a construção social do gosto e os processos de distinção presentes na vida social, também auxilia a compreensão dessas classificações. Marcadores, hierarquização socialmente criadas, ensinadas e fixadas como portadoras de verdade. Da mesma forma que o autor salienta que existe uma hierarquia socialmente reconhecida das artes, que corresponde “à hierarquia social dos consumidores”, essas hierarquias funcionam como marcadores sociais privilegiados de “classe” O autor destaca, ainda, entre outras de suas contribuições a respeito dos sistemas de classificação, dos esquemas de percepção e das “funções sociais de legitimação das diferenças sociais” que operam na vida social, que estes se constituem como marcas de distinção. Trata-se de esquemas em que o próprio olho e os modos de ver, de enxergar e, por conseguinte, de entender e de sentir o mundo, “é um produto da história reproduzido pela educação”. Esse mesmo processo está presente na definição e na forma como são entendidas, proclamadas e “sanadas” as ditas deficiências físico-mentais.

Ainda que Bourdieu esteja se referindo ao mundo das artes e dos bens culturais socialmente legitimados, em se tratando das ditas deficiências aqui analisadas, há marcadores sociais que

distinguem o normal e o anormal, a completude e o déficit. E assim, sucessivamente, distinguindo e mais do que isso, inferiorizando certos dos diversos de ser e de estar no mundo em função da superioridade de outros.⁷

Seja em qualquer um desses entendimentos e outros na mesma direção, na base dessas classificações estão relações de poder e de força, campos de disputa simbólica por sistemas de classificação.

Possíveis rotas de sentido

A busca por rotas de sentido no que concerne às maneiras como as pessoas consideradas com deficiência são “constituídas” e apresentadas na cinematografia identificada acima nos leva a pelo menos dois tipos de filmes a partir dos conteúdos simbólicos neles contidos, podendo ir de posições entre conservadoras ou vanguardistas, reprodutoras ou revolucionárias, relacionadas à mercantilização da arte na sociedade do espetáculo (DEBORD, 2013).

Sendo assim, temos também na temática das pessoas ditas com deficiência, um cinema de puro consumo (BERGALA, 2008), hegemônico nas programações das salas de cinema e outros espaços de distribuição fílmica, à exceção de alguns deles, entre os quais os Cineclubes. Professores e estudantes não escapam a esse colonialismo e imposição cultural em suas vidas cotidianas, acesso em parte assegurado inclusive pelos canais abertos de televisão, como no Brasil.

A esse tipo de cinema, integrante legítimo da indústria cultural criticada por Adorno e Horkheimer (2002), pode-se chamar de um cinema monológico, nos termos de Bakhtin (2011), pois a narrativa geralmente é linear e se dá em um mundo pronto e concluído, no qual a imagem da personagem é definida como realidade. Muitos filmes que trabalham com a temática das ditas deficiências enquadram-se nessa perspectiva monológica, em que a potência de sentidos perde-se em apenas um significado possível e antecipado.

Assim, nesses filmes é nítida a prevalência de filmes biográficos que retratam a vida ou algum momento da trajetória pessoal ou escolar da pessoa com deficiência. Esse último dado demonstra, por um lado, uma preocupação quase uníssona de mostrar o processo de superação dessas pessoas sobre o desconhecimento, os desafios e os preconceitos que elas enfrentam em sua vida. Mas, também, propicia, por outro, questionar-se se essa preocupação social não acaba por

⁷ Ainda lembrando Bourdieu, é necessário, interrogar permanentemente as nossas ideias, suas origens e os processos que as constituem. Em suma: é necessário pensar os nossos próprios pensamentos.

engessar os sentidos sobre essas pessoas nos filmes, consolidando um significado quase estável pautado na vitimização, muitas vezes subentendida na superação dos obstáculos sociais e escolares, em uma perspectiva ingênua da dinâmica social que desconsidera o movimento dialético no qual a inclusão, a intolerância e a própria invisibilidade de determinados grupos sociais se constrói em bases excludentes sólidas e multifacetadas.

Assim, antes mesmo de assisti-los, já é possível prever muito do que se passará no desenrolar da trama no filme. Embora, esses filmes apresentem algumas variações. Em alguns deles a superação se dá pelo trabalho, como em “Temple Grandim” (JACKSON, EUA, 2010) e “De porta em porta” (SCHACHTER, EUA, 2002), em outros, no mundo dos esportes, como em “Castelos de Gelo” (WRYE, EUA, 2010), Coragem de viver (MCNAMARA, EUA, 2011), outros ainda, no campo sentimental, no qual essas pessoas superam as barreiras que possibilitam que elas namorem, se casem, enfim, se apaixonem, como é o caso de “Simples como amar” (MARCHAL, EUA, 1999).

Na perspectiva da superação, há outro tipo de filme em que a pessoa com deficiência, embora central no enredo pouco participa da trama, que é protagonizada por outros personagens. Assim temos os filmes em que os pais estão empenhados na busca da cura ou do prolongamento da vida das pessoas com deficiência, ou estão lutando para superar os processos de exclusão e preconceito a que elas são submetidas em sua vida social e escolar, como é o caso de filmes como “Óleo de Lourenzo” (MILLER, EUA, 1992), “Decisões extremas” (VAUGHAN, EUA, 2010).

Mesmo tendo a superação como pano de fundo, há filmes em que o enredo é um pouco mais criativo, mas não há surpresas no caminhar da trama em relação às possibilidades de, ao final, a pessoa com deficiência superar os obstáculos a que foi submetida, como no filme “O guardião de memórias” (JACKSON, EUA, 2008), que conta simultaneamente a história da família na qual o pai entregou a uma enfermeira a filha gêmea que nasceu com síndrome de Down e diz à sua esposa, mãe da criança, que ela morreu e a da menina junto com a enfermeira que a adota como filha.

De outra parte, há filmes que apresentam pessoas com traumas causados pela guerra e fogem dos padrões semânticos que retratam superação, sejam eles biográficos ou não, uma vez que a mensagem ou o sentido pretendido tende, na maioria dos casos, a mostrar mais as conseqüentes marcas negativas da guerra do que a superação dos sujeitos focalizados. Este é o caso, por exemplo, de filmes como “Nascidos em 4 de julho” (STONE, EUA, 1989) e outros.

Por outro lado, há outro “tipo” de cinema, que nos coloca diante do diferente, porque mira com outros olhos, observa o que não vimos, abrindo-se ao indeterminado, ao relativismo, à

multiplicidade. Nesses filmes, desnudam-se culturas e encaram-se os conflitos e tensões em enredos múltiplos e multifacetados. Esses filmes continuam a nos impactar, às vezes por vários dias. Depois de assisti-los, seguimos neles pensando, lembrando-os, em processos de construção e desconstrução, aprendizagens e desaprendizagens de nós mesmos e do mundo que nos rodeia, enriquecendo substancialmente o acontecimento de nossa vida. Trata-se, nestes casos, de um cinema que sensibiliza, que pensa, que interroga, que convoca à alteridade, à sensibilidade, à imaginação, que realmente contribui para o processo de formação humana e para os processos de formação dentro e fora da escola, de forma a conjugar como elementos inseparáveis forma e conteúdo, arte e técnica, ética e estética.

Entre esses se encontram filmes de diretores renomados na cinematografia mundial como Pedro Almodóvar, Lars von Trier, Stanley Kubrick, François Truffaut, Ingmar Bergman, entre outros.

Neste tipo de filmografia, as contradições humanas também são retratadas. Entre o amor e a frustração, entre a aceitação da deficiência e a busca, ilusória ou não, de novas possibilidades, as pessoas que convivem com as pessoas consideradas com deficiência não se definem em boas ou más, em solidárias ou cruéis, mas em pessoas reais que experimentam sentimentos contraditórios nas diferentes situações e desafios vividos. Assim, podemos citar entre os filmes mais atuais, "Hoje eu quero voltar sozinho" (RIBEIRO, Brasil, 2014) "Intocáveis" (NAKACHE; TOLEDANO, França, 2011) e "Família Belier" (LARTIGAU, França, 2014).

Nessa perspectiva, há também filmes que fogem de outro problema detectado em muitos dos filmes que se centram na superação. Geralmente, nesses filmes enfoca-se mais os aspectos mais brandos das deficiências, o que pode levar a equívocos sobre as características variáveis das próprias deficiências e escamotear os problemas enfrentados, sobretudo nos casos mais agudos do autismo, da deficiência intelectual, da paralisia cerebral ou outra síndrome cujos graus de comprometimento variam do leve ao grave. É o caso, por exemplo, dos filmes "Prisioneiro do silêncio" (ACKERMAN, EUA, 1994), que retrata a relutância da mãe de David, um autista com alto grau de comprometimento, de interná-lo em uma clínica para deficientes e que expõe as características reais de um autista com alto grau de comprometimento. Assim também, "Mary e Max: uma amizade diferente", um filme de animação de (ELLIOT, Austrália, 2009) cujo enredo relata a amizade, por cartas, entre um homem com síndrome de Asperger, solitário e independente, e uma menina solitária.

A obra questiona a visão da deficiência como doença, uma vez que, a relação entre os personagens entra em crise, justamente no momento em a menina, já formada, pesquisa e descobre a cura da doença de Max. Por seu lado, Max é explícito: ele não busca sua cura, o que ele quer é ser aceito.

Além disso, ao considerar que o filme é apenas uma pequena parte do “produto de configurações significantes construídas, em linguagem cinematográfica, pela articulação de diferentes elementos: imagens em movimento, som musical, ruídos (sonoplastia), sons da fala e escrita” (DUARTE, 2009, p. 86), outros sentidos pululam. No filme “O Escafandro e a Borboleta” (SCHNABEL, França, EUA, 2007), por exemplo, a trilha sonora é completamente indissociável da narrativa em si. O filme termina e a música continua a ponto de estender o tempo do filme para além dos créditos, ou seja, de sua própria extensão. Para quem tem paciência de esperar os créditos, a música nos guia para além da morte. Nesse mesmo filme, o ponto de vista assumido pela posição da câmera nos coloca dentro do personagem, não apenas ouvindo seus pensamentos, mas também e de forma profunda vivenciando suas emoções, suas dores, suas perdas e ganhos em enquadramentos que simulam seu olhar sobre um mundo totalmente novo diante de sua nova condição, além da própria imagem do escafandrista que retrata de uma forma bela e sensível a síndrome do encarceramento vivido pela personagem central.

Assim, também o filme “Vermelho como o céu” (BORTONE, Itália, 2006) traz as cores como elementos prenes de sentidos para um filme que retrata a vida de uma personagem cega. As cores do céu retratadas pela memória do personagem descortinam uma forma de ver o mundo em que as cores são atribuições retóricas a serem vividas subjetivamente em processos singulares de dedução em relação a um mundo plasticamente desconhecido. Dessa forma, o filme é quase todo apresentado em cores pastéis. Entretanto, em cada quadro, um detalhe colorido, uma flor, uma cesta de frutas, uma gola de camisa, fazem lembrar a todo instante que a beleza do mundo não está nas cores em si, mas na importância que elas ocupam na nossa forma, como pessoas que enxergam ou não, de ver e dar sentido ao mundo.

No filme “A cor do paraíso” (MAJID, Irã, 1999), todo o sentimento de aconchego e felicidade que o menino sente quando está com a avó e as irmãs explode em planos de beleza incomensurável. A imagem externa, a imagem do mundo, é a pura expressão dos sentimentos que ele experimenta interiormente, assim como a espessa névoa materializa o diálogo sem palavras e repleto de sentidos e sentimentos entre a avó e o menino antes que ela morresse.

Sem esgotar a questão, enfim, nesses filmes, Há muitos sentidos imprevistos e imprevisíveis a se desvelarem.

PENSANDO O PENSAMENTO: II

Vê-se, portanto, que a diferença pode reverberar não somente em hierarquizações, em relações e práticas de inferiorização e de desqualificação do outro, como também pode estar associada a outras dinâmicas de hierarquização social. Chegamos, então, a uma segunda ordem de questões. Em função de outras estruturas e dinâmicas que constituem a vida social, de origem econômica, neste caso, a diferença se articula e se encontra com as desigualdades sociais. Neste sentido, fica claro que apesar de sua grande importância, a diferença tem a seu lado outro problema central, que dificulta, que impossibilita a construção da chamada “boa sociedade”, na edificação de um mundo justo e de bem viver para todos. Há outra questão maior: a desigualdade social.

Conceitos sociológica e politicamente diversos, enquanto a diferença coloca em pauta as possibilidades, o direito e a grandeza da diversidade, da não homogeneidade e uniformização dos modos de ser, de viver e de pensar entre indivíduos, grupos, culturas e povos - que são diversos e não melhores ou piores entre si - o construto da desigualdade nomeia outro tipo de fenômeno. Neste caso, trata-se de assimetrias, da ausência de equitatividade de oportunidades, de realização de direitos e de acesso aos bens materiais e simbólicos existentes nas sociedades. Aqui estamos não somente diante de hierarquias e sistemas simbólicos de classificação, mas de problemas como a concentração da riqueza, da terra, dos meios de produção, das oportunidades sociais frente à vida, às necessidades e projetos humanos, restritos às mãos de poucas famílias e grupos, em detrimento de milhares de outros. Nas sociedades capitalistas, um problema oriundo das próprias estruturas e dinâmicas da lógica da acumulação capitalista que a constituem, processos nos quais a desigualdade têm se mantido e ampliado em muitos casos como vários estudos demonstram hoje, tanto quanto em outras épocas.⁸

Para além da diferença, na estrutura e no tecido social há outros tipos de clivagens sociais, há outros tipos de marcadores de desiguais posicionamentos sociais, tais como a condição de classe, a condição de gênero, o pertencimento étnico-racial e etário/geracional. Por essas vias vão sendo inscritas no interior mesmo da diferença as desigualdades e outras tantas diferenças. Em se tratando

⁸ Aqui não há como não recorrer à obra de K. Marx, no século XIX. E sem querer fazer qualquer equivalência entre esses e suas obras, sobre os estudos de T. Pikettii publicados já no século XXI que analisam os processos e dinâmicas constitutivos da desigualdade social no capitalismo.

dos ditos com deficiência, um dos efeitos de um sujeito ser classificado e de viver como um doente mental ou como portador de cegueira ou de surdez não será o mesmo quando se é rico ou pobre, branco ou negro, homem ou mulher, novo ou velho, por exemplo. Instauram-se aqui, diferenças dentro da diferença oriundas de outros posicionamentos sociais do sujeito e das desigualdades sociais.

É necessária atenção e zelo permanentes quanto a esta questão, sabendo distinguir e ao mesmo tempo relacionar o problema da desigualdade social e o da diferença, pois a redução de um a outro simplifica a complexidade do social e dos problemas nela contidos. E pode esconder o problema da desigualdade social e da justiça, que pode ficar escondido, apagado na discussão da diferença, fazendo valer, mais uma vez, os interesses dos que dominam o mundo e o querem somente para si, que não repartem. Em se tratando de formações sociais e países nos quais o Estado foi historicamente tomado por interesses e forças privatistas, de classe e limites dominantes, Estados autoritários e ditatórias, como é o caso de muitos países e formações sociais ditas do Sul, realidades nas quais inexistiram políticas públicas distributivas universalistas ou focalizadas que sejam, distinguir e considerar a problemática da diferença e da desigualdade social torna-se imprescindível.

Em suma, o conceito de desigualdade funda-se e remete-se à problemática da justiça, da equidade e de iguais oportunidades de vida e concretização dos direitos de cidadania, de acesso aos bens materiais e simbólicos existentes no mundo, enquanto a diferença reporta à temática da diversidade, da não uniformidade. Neste sentido, um conceito se distingue do outro, ainda que a diferença possa levar e se manifestar como desigualdade.⁹

A estas duas ordens de questão que circunscrevem a problemática das ditas deficiências físicas e mentais, há outra a destacar: a de nossas relações e práticas, às nossas ações individuais e coletivas, no espaço privado e público. Como têm sido as “respostas” políticas e éticas, como têm sido nossas condutas seja no plano macrossocial e nos tempos de longa duração histórica, seja nos microespaços de nossas práticas sociais cotidianas nos mundos do cinema e da escola, em especial?

⁹ Vale trazer novamente à lembrança, no interior da discussão das relações entre diferença e desigualdade a conhecida e esclarecedora formulação de Boaventura Sousa Santos (2003, p.56), qual seja: “Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.”

Nos tempos e espaços públicos e privados de nosso dia a dia, como nos relacionamos, como pautamos, como nos conduzimos face à problemática da diferença?

Para além do não reconhecimento, do rechaço e da violência com o diferente pela via do preconceito, da estigmatização, da inferiorização, da discriminação, ideias e condutas sintetizadas na palavra, no gesto, no olhar da intolerância, que outros tipos de relações e práticas observamos? Como desdobramento dos movimentos sociais, entre outras circunstâncias históricas que têm colocado o debate e a questão da igualdade e dos direitos iguais para os diferentes, a ideia da tolerância muitas vezes aparece como se fosse suficiente e adequada para se contrapor à intolerância. Contudo, é necessário enfatizar o limite mesmo da ideia da tolerância: o que ela contém e esconde, onde reside o perigo de nos limitarmos a esse tipo de entendimento.

Não se trata de tolerar. Embora seja usual considerar-se a tolerância como o contrário da intolerância, não é disso que se trata, na perspectiva do pleno e efetivo reconhecimento da diferença. A ideia da tolerância precisa ser interrogada, no exercício de pensar os nossos próprios pensamentos, porque que ela contém a própria intolerância. É um entendimento e ideia restrita, que reproduz, com nova roupagem, com outro vocábulo o mesmo sentido da intolerância. Na tolerância, permanece a imposição do mais forte, exercendo seu poder, ainda que possa parecer o contrário.

Em outros termos, usualmente considerada como antítese da intolerância, a tolerância, desde sua origem etimológica carrega em si a intolerância no sentido de que se trata de suportar o diferente, o inferior, o pior. Tolerar, contém, um pseudo reconhecimento do outro, do diverso, posto que tolerar e tolerância contém etnocentrismos e hierarquias, assentando-se em relações nas quais o melhor suporta o pior. A tolerância não significa abertura incondicional e reconhecimento integral do outro como ele se apresenta, relativizando padrões, conceitos, possibilidades. Ao contrário, no tolerar o outro a diferença permanece inferior, pior, indevida e inadequada, embora deva ser suportada. Na tolerância, se aceita o que se considera o diferente, tomado como inferior pelo mais forte, que o suporta, porque ele não pode ser eliminado. Ainda que nessa ideia, da tolerância, o diferente ganhe um pouco mais de respeitabilidade, a ponto de não podermos matá-los, a ideia da superioridade está posta em que o tolera, mesmo sendo superior ao diferente.

Em suma, tolerar é da ordem do suportar, porque não se pode eliminar. Este é seu limite, esse é o limite semântico, ético e político deste vocábulo, que inúmeras vezes passa despercebido entre nós, pois apresenta-se como se fosse uma justa antítese da intolerância. Aqui e acolá, nesta e noutras ocasiões, vê-se situações, comportamentos, discursos e projetos nos quais, se descobrirmos

as camadas que encobrem o real, vê-se que tanto na intolerância quanto na tolerância estão presentes sob outra roupagem, os etnocentrismos, as hierarquizações, a imposição do mais forte, mantendo-se a pretensa superioridade de que tolera.

Sendo assim, o que opor à tolerância construindo, efetivamente para além da retórica, o às diferenças e seu possível corolário, do combate às desigualdades? Nos termos de Olgária Matos (2006) a partir de Derrida (1996), pode-se afirmar que a hospitalidade e não a tolerância é o verdadeiro contraponto da intolerância. A hospitalidade que é também um outro nome da ética, enquanto recusa da violência e de qualquer forma de discriminação do diferente. A ética aqui entendida como a morada do homem: ali, onde nos fazemos propriamente humanos. Ali onde hospedamos o outro de modo incondicional, seja ele quem for, de onde vier e para onde for. Nos termos da autora, trata-se de algo como reconhecer o estrangeiro em nós mesmos, estrangeiro que poderia ser aqui pensado como o que estranhamos, os pessoas consideradas com deficiência, por exemplo.¹⁰

E se retirarmos as trampas que nos afastam dos sentidos mais reais e profundos de nossas práticas e relações sociais, veremos que na hospitalidade acolhemos não somente ao outro. Acolhemos a nós mesmos, protegendo-nos contra o que nos desumaniza. Afastamo-nos das situações que nos diminuem, que nos fecham, abrindo-nos ao que nos expande, ao que nos interroga, nos acrescenta, posto que a diferença nos convida, nos convoca a outras possibilidades de vida: em todas as suas formas. Na hospitalidade para com o diferente em todos os seus matizes e configurações, nos protegemos contra fechamentos, contra a fixidez e as reificações, abrindo-nos aos devires, ao inédito, às indeterminações. Acolher o diferente como um igual, retira-nos dos limites das fronteiras e cercas que nos uniformizam, que homogeneízam, posto que agora, o estrangeiro somos nós, estranhos a nós mesmos. A partir do outro, do diverso, nos (re)conhecemos, nos (re)inventando a partir do novo, do inédito, do imprevisível contido na diferença que o outro traz para compartilhar. Para ampliar nossas identidades. Para nos humanizar. Algo como “*a condição de nosso estar no mundo*” (MATOS, 2006, p. 63).

¹⁰ Olgária Matos (2006, p. 63) salienta: “Reconhecer o estrangeiro em nós nos revela um país desconhecido onde fronteiras e alteridades são, permanentemente, construídas e desfeitas. Não se trata, pois, de “integrar” o estrangeiro, e ainda menos, persegui-lo, mas de acolhê-lo neste inquietante estranhamento que é tanto o seu quanto o nosso. (...) Trata-se de um cosmopolitismo de tipo novo, transversa a governos, economias e mercados – aquele que instala em nós a diferença como condição de nosso estar com os outros. Disso resulta a ampliação de nossa identidade.”

PARA CONTINUAR

Por certo que não somente a cinematografia sobre as ditas deficiências aqui trazida e as questões que elas envolvem estão na ordem do dia, das quais temática e questões buscamos fazer uma primeira aproximação. Esperamos que tais reflexões continuem em outros tempos e espaços, em conversas, estudos, reflexões orais, escritas, fílmicas – por outras formas – em particular nos territórios da educação e do cinema, quando e onde seja. Sobretudo nos dias atuais nos quais os profissionais da educação e do cinema temos a responsabilidade e o desafio de colaborar para uma fecunda e feliz implementação da Lei 13.006/2014, da obrigatoriedade de exibição de cinema brasileiro na Educação Básica, levando á escola certo segmento do cinema brasileiro que tem muito a colaborar na discussão da diferença e dos diferentes, em todos os seus matizes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Marx. *Indústria cultural e sociedade*. 5.ed.Trad. Julia Elisabeth Levy. São Paulo: Paz e Terra, 2002. (Coleção Leitura).
- ARANHA, Maria Salete Fábio. “Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência”. *Revista do Ministério Público do Trabalho* (on-line), n. 21, Ano XI (2001), Brasil, p. 160-173. Disponível em: cape.edunet.sp.gov.br/textos/textos/11.doc. [consulta: 13 mar. 2014].
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Introdução e tradução do russo de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BERGALA, Alain. *A hipótese-cinema*. Rio de Janeiro: BOOKLINK; CINEAD-LISE-FE/UFRJ, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo* [E-book]. Paráfrase em português. WWW.geocities.com/ projeto periferia, 2013. [consulta: 01 ago. 2014]. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socespetaculo.pdf>.
- DUARTE, Rosália. *Cinema & educação*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *História da Loucura*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- _____. *A ordem do discurso*. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- GOFFMANN, Irving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MATOS, Olgária. *Discretas esperanças: reflexões filosóficas sobre o mundo contemporâneo*. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2006.
- RODRIGUES, Sonia Maria. *Educação inclusiva: das políticas públicas às percepções docentes*. 2005. 138f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- SANTOS, Boaventura Sousa. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. (2003). “Terminologia sobre deficiência na era da inclusão”. In: VIVARTA, Veet (Coord.) *Mídia e deficiência*. Brasília: Andi/Fundação Banco do Brasil, p. 160-165.

Filmografia

- ACKERMAN, Robert Allan. *Prisioneiro do Silêncio*. EUA, 1994.
- BORTONE, Cristiano. *Vermelho como o céu*. Itália, 2006.
- CHAPLIN, Charles. *Luzes da cidade*. EUA, 1931.
- DORMAEL, Jaco Van. *O oitavo dia*. França, 1996
- ELLIOT, Adam. *Mary e Max: uma amizade diferente*. Austrália, 2009.
- JACKSON, Mick. *Temple Grandim*. EUA, 2010.
- KACZENDER, George. *Quem falará por Jonathan?*. EUA, 1992.
- LARTIGAU, Eric. *Família Belier*. França, 2014.
- MAJID, Majid. *A cor do paraíso*. Irã, 1999.
- MARCHAL, Garry. *Simple como amar*. EUA, 1999.
- MCNAMARA, Sean. *Coragem de viver*, EUA, 2011.
- MILLER, George . *Óleo de Lourenzo*. EUA, 1992.
- NAKACHE, Olivier. TOLEDANO, Éric. *Intocáveis*. França, 2011.
- RIBEIRO, Daniel. *Hoje eu quero voltar sozinho*. Brasil, 2014.
- SCHACHTER, Steven. *De porta em porta*. EUA, 2002.
- SCHNABEL, Julian. *O Escafandro e a Borboleta*. França, EUA, 2007.
- STONE, Oliver. *Nascidos em 4 de julho*. EUA, 1989.
- VAUGHAN, Tom. *Decisões extremas*. EUA, 2010.
- WRYE, Donald. *Castelos de Gelo*. EUA, 2010.

RESUMO

Partindo da ideia de que é preciso pensar os nossos próprios pensamentos, o artigo contém uma reflexão sobre a diferença, presente em toda a cena social e questões relacionadas à mesma. Para tanto, apresenta dados e considerações analíticas relativas à produção cinematográfica cujo argumento incide na temática das necessidades especiais, presente no universo das ditas deficiências. Na sequência, e entendendo que tais classificações são uma construção sócio-histórica, o artigo discute três ordens de questões associados a esta temática: a ideia de que há *regimes de verdade* e *sistemas de classificação* socialmente construídos que criam *estigmas* e esquemas *de percepção*; a ideia de que as diferenças não raro reverberam em *desigualdades sociais*, além de estarem superpostas a outros pertencimentos sociais dos indivíduos e grupos; a ideia de que a noção de tolerância é insuficiente e mantém a própria noção de intolerância, visto que se trata não de tolerar as diferenças, mantendo-se o domínio do mais forte. Diferentemente, trata-se do exercício da hospitalidade, da acolhida irrestrita às diferenças e diferentes considerados como iguais enquanto cidadãos de direitos, sem quaisquer hierarquizações mediante as quais o que se tolera e quem se tolera continuam sendo pensados e tratados como inferiores ou piores.

Palavras-chave: Educação e Cinema; Filmografia sobre portadores de necessidades especiais; Questões sobre a Diferença.

FILMOGRAPHY ON INDIVIDUALS AND THEIR SO-CALLED DISABILITIES: THINKING THE THOUGHT

ABSTRACT

Considering that it is necessary to think our own thoughts, this work outlines a consideration on the difference present in all social scenarios and issues related to it. For this reason, the work provides data and analytical considerations related to filmmaking whose argument is focused on the topic of special needs present in the universe of the so-called disabilities. Subsequently, by understanding that such classifications are a social and historical construction, the work discusses three main issues related to this topic: the idea that there are *regimes of truth* and *systems of classification* socially constructed that generate *stigma* and schemes of *perception*; the idea that differences often reverberate in *social inequalities*, in addition to being superimposed on other social belongings of individuals and groups; the idea that the concept of tolerance is insufficient and maintains its own concept of intolerance since it is a question of not tolerating differences, maintaining the power of the strongest. In contrast, it is the exercise of hospitality, the unrestricted reception to the differences and the different ones considered to be equal as citizens with rights, without any hierarchies by which what is tolerated and who is tolerated continue to be thought of and treated as inferior or worse.

Keywords: Education and Cinema; Filmography on people with special needs; Issues regarding the Difference.

Submetido em nov. 2015.

Aprovado em jan. 2016.